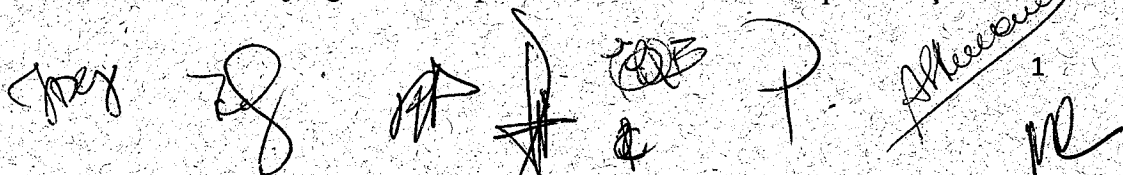


1 Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta
2 minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração
3 Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília,
4 Distrito Federal, iniciou-se o segundo dia da vigésima segunda sessão plenária do décimo
5 sétimo plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião: Ana
6 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Andréa Esmeraldo Câmara, Célia Zenaide da Silva,
7 Clarissa Paranhos Guêdes, Cleia Oliveira Cunha, Elizabeth de Lacerda Barbosa, Fabián Javier
8 Marin Rueda, Júnia Maria Campos Lara, Jureuda Duarte Guerra, Marisa Helena Alves, Regina
9 Lúcia Sucupira Pedrosa, Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa, Paulo Roberto Martins Maldos,
10 Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Rosane Lorena Granzotto. A reunião foi iniciada, dando
11 continuidade à pauta do dia anterior. 12. Estatuto do Nascituro: Jureuda Duarte Guerra
12 informou que retornou à pauta o PL nº 478/2017, e, a partir do acompanhamento da Assessoria
13 Parlamentar do CFP, verificou-se que ele recebeu parecer favorável do relator e irá para a
14 Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Assim, Jureuda Duarte Guerra pautou o tema
15 para a plenária para pensar em estratégias relativas ao assunto, já que há ameaça aos direitos
16 das mulheres, pois o projeto pode tornar ilegais os abortos que hoje são legalizados nos casos
17 de risco de vida para a mulher e gravidez em função de estupro. Célia Zenaide da Silva
18 sugeriu que o CFP verifique se a discussão sobre o assunto está sendo feita nos espaços de
19 representação do CFP, como na CNPIR – Conselho Nacional de Promoção da Igualdade
20 Racial, no Conselho de Direitos das Mulheres, entre outros. Jureuda Duarte Guerra informou
21 que também tramita um projeto de bolsa estupro, para ser concedido às mulheres que
22 engravidarem em virtude de estupro, para que devam seguir com a gravidez. Andréa
23 Esmeraldo Câmara lembrou que pela audiência pública sobre o aborto, realizada
24 recentemente, já é possível identificar vários grupos que podem se posicionar sobre o assunto.
25 Informou que no Ceará existe um grupo chamado Católicas pelo Direito de Decidir, por
26 exemplo. Andréa Esmeraldo Câmara falou da importância de contatar profissionais da saúde
27 que estão habilitadas para realizar o aborto legal, haja vista que o direito de algumas mulheres
28 tem sido prejudicado pela postura de alguns médicos, que se recusam a realizar o
29 procedimento, mesmo nos casos já garantidos por lei. Foi indicada a aproximação com



30 movimentos sociais e profissionais da área. Ficou definido que o ponto deve ser pautado para
31 a plenária de novembro, para a proposição de encaminhamentos mais objetivos após os
32 diálogos nos espaços indicados. 13. Texto de apresentação das referências do Crepop: Marisa
33 Helena Alves informou que será feito um texto, com colaboração de Paulo Roberto Martins
34 Maldos, referente ao desmonte das políticas públicas, para constar de todas as referências do
35 Crepop que estão sendo revisadas. É uma espécie de apresentação que faz uma análise de
36 conjuntura. A ideia foi autorizada pelo plenário. 14. Crepop – acompanhamento das
37 referências: Marisa Helena Alves apresentou quadro mostrando o andamento de cada
38 referência, explicando que a maioria está evoluindo. Ela chamou atenção para algumas
39 referências que tem comissão definida, mas ainda não iniciou os trabalhos, como: Criança e
40 Adolescente; Psicologia Hospitalar; Emergências e Desastres. Marisa Helena Alves enfatizou
41 que as referências a seguir estão em situação mais preocupante: Educação Básica; CRAS;
42 CREAS; Medidas Sócio-Educativas; Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto; SUAS;
43 SUS; População de Rua; Idosos; Diversidade Sexual. Andréa Esmeraldo Câmara lembrou que
44 pediu para se retirar da referência do CREAS, por motivos éticos, haja vista que sua
45 orientadora faz parte do grupo, e se colocou à disposição para participar de outra referência,
46 mas isso não chegou a ser formalizado. Sobre a cartilha para gestores do SUAS, informou que
47 foi feita para a Conferência Nacional de Assistência Social, que teve impacto naquela época,
48 mas não foi feita a partir de pesquisa do Crepop. Ela já fez contribuições, mas não houve ainda
49 retorno de outros colaboradores. O prazo para a realização da conferência já estava próximo,
50 assim, ficou combinado que se utilizaria o material para fazer uma produção melhor e mais
51 robusta, o que está em andamento. Sobre a referência de população de rua, Andréa Esmeraldo
52 Câmara informou que poderá contatar as pessoas e marcar reunião para dezembro, porque até
53 lá há muitas atividades para a Mostra de Psicologia e Assistência Social. Ficou combinado que
54 Célia Zenaide da Silva ficará responsável pela referência do CREAS. Sobre a referência do
55 SUS, Ana Sandra informou que fez contato com Monalisa Barros e outros autores, para
56 agendar reunião, mas ainda não foi possível a decisão de uma data. Mas as pessoas que
57 participaram têm sinalizado desejo de participar do processo de revisão. 15. V Congresso
58 Brasileiro: Psicologia, Ciência e Profissão: Fabian Javier Marin Rueda informou que a
59 programação estará disponível na quarta-feira e provavelmente alguns conselheiros terão

60 atividades todos os dias. Fabian Javier Marin Rueda informou que o CFP precisa indicar uma
61 pessoa a ser homenageada na abertura do evento. Todas as entidades do FENPB já fizeram
62 suas indicações, de modo que 25 pessoas serão homenageadas. Foi indicado e aprovado o
63 nome de Ana Mercês Bahia Bock. Fabian Javier Marin Rueda informou que haverá um
64 estande do FENPB no evento e é preciso definir que materiais serão levados para o CBP e
65 como será a distribuição. Ele informou que o Código de Ética já estará na sacola do evento, e
66 agora é preciso pensar o que estará no estande. Andréa Esmeraldo Câmara informou que o
67 lançamento da Mostra de Práticas de Psicologia e Assistência Social será no CBP, e até o dia
68 cinco, a Assessoria de Comunicação mandará um esboço do material para saber o que será
69 levado para o evento. Haverá cartazes, faixas, panfletos, e uma série de materiais da Mostra.
70 Ana Sandra Arcoverde Nóbrega lembrou que, de acordo com o TCU – Tribunal de Contas da
71 União, é uma incoerência que o CFP tenha milhões de reais na conta divulgação, mas tem
72 feito remanejamentos financeiros para dar conta das despesas nas contas do CFP. O TCU não
73 reconhece a conta divulgação, para ele, todo o dinheiro faz parte do orçamento do CFP. Ana
74 Sandra Arcoverde Nóbrega lembrou que o CFP tem feito muitas ações e por isso a
75 necessidade de remanejamento, mas enfatizou a necessidade de sempre se avaliar se a despesa
76 com publicações poderia ser custeada pela conta divulgação. Miraci Mendes sugeriu que os
77 conselheiros informem que materiais terão necessidade de revisão e impressão para levar para
78 o evento, para que ela possa verificar a disponibilidade no orçamento do CFP. Fabian Javier
79 Marin Rueda informou que pela primeira vez o CBP terá um “Espaço Criança”, com uma
80 empresa de recreação para receber sessenta crianças ao mesmo tempo. Foi sugerido que
81 Clarissa Paranhos Guedes faça vídeo com seu filho para divulgação desse espaço no evento.
82 Fabian Javier Marin Rueda pediu para conselheiros se programarem para estar no dia dezoito
83 no evento, para o encerramento. 16. Designação de relatorias para os processos éticos: Foram
84 designados os seguintes conselheiros para relatores dos processos: Rosane Granzoto para o
85 PDE 576600020.001090/2018-26, oriundo do CRP-13/PB; Clarissa Paranhos Guedes para o
86 PDE 576600020.001138/2018-04, oriundo do CRP-11/CE; Marisa Helena Alves para o PDE
87 576600020.001227/2018-42, oriundo do CRP-01/DF; Regina Lúcia Sucupira Pedrosa para o
88 PDE 576600020.001378/2018-09, oriundo do CRP-06/SP; Sandra Spósito para o PDE
89 576600020.001442/2018-43, oriundo do CRP-08/PR. 17. Designação de relator para processo

90 administrativo CRP-08/PR Processo 029/2018: Foi designada a Conselheira Rosane Lorena
91 Granzotto. A Conselheira Júnia Maria Campos Lara informou que o julgamento do processo
92 da Conselheira Márcia Badaró mudou de data. Seria em outubro e passou para novembro, a
93 pedido dos advogados, que não poderão estar presentes por motivo de viagem. 18. Inspeção –
94 parceria com MPF, MPFT e MNPCT: Miraci Mendes informou que participou de uma reunião
95 com o MPF – Ministério Público Federal, MPFT – Ministério Público do Trabalho e MNPCT
96 – Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, em que foi discutida a inspeção
97 nos serviços de saúde. Foi enfatizada a importância do sigilo para o sucesso das ações. Há
98 nova reunião agendada para o dia onze de outubro, às dez horas. Foi solicitado que o CFP faça
99 licitação para contratar a equipe que ficará responsável pelo relatório, assim como foi feito
100 com a inspeção das Comunidades Terapêuticas. Miraci Mendes explicou que haverá contatos
101 nas cinco regiões do país, de modo que quarenta estabelecimentos serão inspecionados e já
102 estão definidos, mas o CFP ainda pode sugerir outros. A definição das instituições a serem
103 inspecionadas se deu a partir de denúncias já recebidas. Na próxima reunião será discutido o
104 instrumental para a inspeção. A ideia é que o procedimento seja semelhante ao das
105 Comunidades Terapêuticas, em dezembro. O nome da conselheira Marisa Helena Alves foi
106 indicado e aprovado para acompanhar os trabalhos dessa inspeção. Célia Zenaide da Silva
107 sugeriu a verificação do recorte do quesito raça/cor e gênero nesse instrumental e se colocou à
108 disposição para auxiliar em relação a esse aspecto. 19. Avaliação de testes psicológicos:
109 Fabián Javier Marin Rueda apresentou o relatório da CCAP – Comissão Consultiva em
110 Avaliação Psicológica sobre o teste psicológico Bateria das Funções Mentais para Motoristas
111 – BFM-2, para atualização de normas. O parecer favorável foi aprovado. Em seguida, o
112 conselheiro apresentou o parecer favorável relativo ao Teste de Atenção Concentrada (AC 15),
113 atualização de normas, que também foi aprovado pela plenária. Por fim, o conselheiro
114 apresentou o parecer favorável do Teste Bateria Geral de Funções Mentais – Testes de
115 Atenção Difusa (BGFM-1), para atualização de normas, que foi aprovado pela plenária. 20.
116 Aprovação de Edital para Pareceristas *Ad Hoc* do Satepsi 2018: Fabián Javier Marin Rueda
117 informou que o edital serve para chamar pareceristas para avaliação de testes. Ele explicou
118 que o edital é igual ao do ano anterior, que foi aprovado em plenária, e agora teve apenas
119 atualizações das datas. Fabián Javier Marin Rueda contou que os pareceristas atuais serão

120 consultados se querem continuar fazendo esse trabalho e a partir do edital, outros novos
121 pareceristas também serão chamados a contribuir. O edital foi aprovado. 21. Ações referentes
122 à editora Pearson sobre livros restritos: Fabián Javier Marin Rueda lembrou que foi definido
123 em plenárias anteriores a interposição de processo contra a Editora Pearson. Nesse intervalo de
124 tempo, houve uma carta de repúdio do FENPB, que foi amplamente divulgada, inclusive pelo
125 CFP, sobre a problemática dos livros dessa editora. Além disso, o CFP está promovendo
126 várias campanhas de conscientização da população e da categoria sobre os materiais que são
127 privativos de psicólogos. Fabián Javier Marin Rueda explicou que ficou evidente que a
128 categoria percebeu que o livro da editora se apropriou indevidamente de instrumentos
129 privativos. Foi avaliado que neste momento o CFP não deve processar a editora, como havia
130 sido encaminhado em plenária anterior. Essa proposta foi aprovada pela plenária. 22. EMDR:
131 Júnia Maria Campos Lara explicou que a diretoria recebeu uma carta da Associação Brasileira
132 de EMDR e consultou a SOE – Secretaria de Orientação e Ética do CFP para responder a
133 demanda. Diante disso, Júnia Maria Campos Lara informou que a SOE tem alguns
134 posicionamentos, que estão em um breve parecer, para apreciação. A Conselheira explicou
135 que existe a ideia de termos um observatório, em consonância com a decisão da Apaf para
136 acompanhar essas novas práticas que têm sido utilizadas em Psicologia, mas não dar um
137 parecer final dizendo que aquela prática é ou não aprovada pelo CFP ou pelos CRPs, uma vez
138 que o reconhecimento deve vir da ciência. Júnia Maria Campos Lara informou que os
139 solicitantes do reconhecimento da técnica EMDR juntaram vários documentos e pediram um
140 posicionamento do CFP, mas não há nenhum material robusto de reconhecimento científico.
141 Aberto o debate na plenária, foi recomendado diálogo com Andrea Nascimento, porque esse
142 assunto do EMDR surgiu pela primeira vez na Apaf de 2010, pautado pelo CRP-16/ES, do
143 qual ela era presidente. Regina Lúcia Sucupira Pedrosa fez uma reflexão sobre como estão
144 essas técnicas na formação dos psicólogos e questionou por quem está sendo utilizada a
145 técnica da EMDR. Júnia Maria Campos Lara informou que o material faz referência a uma
146 amostra de 22 pessoas. Júnia Maria Campos Lara perguntou se esse assunto tem surgido no
147 âmbito da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica e nas universidades. Foi indicado
148 que o diálogo deve continuar e que o parecer da SOE será enviado para subsidiar a resposta da
149 diretoria. 23. Participação do CFP na Ulapsi Brasil: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho lembrou



150 que na plenária passada ficou combinado que esse ponto deveria retornar nesta plenária, para
151 se pensar como será a participação do CFP. Ele lembrou que o lugar que era ocupado pela
152 senhora Inea Arioli deveria ser ocupado por conselheira(o), de acordo com encaminhamento
153 de plenária pretérita. Fabián Javier Marín Rueda avaliou que esse é um espaço fundamental e
154 sugeriu que o representante seja o presidente do CFP, Rogério Giannini. A sugestão foi
155 acatada pelo plenário e houve indicação para que o CFP peça uma reunião telefônica da Ulapsi
156 Brasil, pois já faz dois meses que não há reuniões, que eram mensais. Foi deliberado também
157 que Ana Sandra Arcoverde Nóbrega seja a suplente. 24. Processo Eleitoral 2019: Paulo José
158 Barroso de Aguiar Pessoa informou que este ponto foi pautado na plenária anterior e ficou
159 definido que nesta plenária seriam indicados os conselheiros para formar a Comissão Eleitoral
160 Regular, os quais não poderão concorrer às eleições dos CRPs e do CFP. Após breve debate,
161 ficou definido que todos devem pensar nos nomes para indicar e a definição deve se dar na
162 próxima plenária. 25. Representações do CFP no Conselho Nacional de Direitos Humanos
163 (CNDH) e Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT): O Plenário foi
164 informado de que Rogério Giannini, Jureuda Duarte Guerra e Andréa Esmeraldo Câmara
165 apresentaram interesse para o CNDH. Para o CNPCT, foi indicado o nome de Márcia Badaró.
166 Célia Zenaide da Silva informou que nunca houve uma cadeira ocupada pelo movimento
167 negro nesse Comitê e o CFP foi criticado por nunca ter feito essa discussão quando teve essa
168 representação. Diante dessa provocação, a Conselheira se colocou à disposição para se
169 candidatar pelo CFP, se necessário. Em caso negativo, ficou combinado que ela poderá
170 concorrer a uma vaga pelos movimentos sociais dos quais participa. Paulo Roberto Martins
171 Maldos lembrou que Márcia Badaró apresentou dificuldades para ser titular no CNPCT. Cleia
172 Oliveira Cunha se disponibilizou a acompanhar o CNPCT. Andréa Esmeraldo Câmara se
173 disponibilizou para integrar comissão que acompanha a população em situação de rua do
174 Conselho Nacional de Direitos Humanos. Assim, ficou definido que Rogério Giannini será o
175 representante titular do CFP no CNDH. Para o CNPCT, ficaram indicados os nomes de Márcia
176 Badaró e Cleia Oliveira Cunha, que deverão decidir quem é titular e quem é suplente. 26.
177 Processo administrativo de Thaianá Vaz Cutini CRP 16/4841: a relatora Rosane Lorena
178 Granzotto apresentou o relatório, relativo ao pedido de cancelamento de inscrição de pessoa
179 física, indeferido pelo CRP-16/ES. A conclusão da relatora foi de conhecer e dar provimento,

180 ao recurso interposto pela psicóloga para deferir o pedido de cancelamento. Após breve
181 debate, o voto da relatora foi aprovado por unanimidade. Andréa Câmara Esmeraldo absteve-
182 se porque se ausentou no ponto do processo. 27. Processo Administrativo de Marta Cristina
183 Swacovisk: a relatora Rosane Lorena Granzotto apresentou o relatório, relativo ao pedido de
184 cancelamento de inscrição, que foi indeferido pelo CRP-08/PR. O voto da relatora foi de
185 deferimento do cancelamento do registro reformando a decisão do CRP. Todos os votos
186 acompanharam o voto da relatora. A conselheira Cleia Cunha se ausentou no momento do
187 processo. Às doze horas, foi encerrada a sessão plenária. Esta ata foi lavrada por mim, Pedro
188 Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheiro-Secretário do CRP, a qual foi lida e assinada por todos
189 os presentes acima nomeados e referenciados.

Alencar
Mals *H. J. B. J. J.* *PA*
Barbosa *bl. o. h. e*
Silva *PA*
Jureide Duarte *Guerra*
Rosane *PA*